

# PROCON RJ

Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro

## CONCURSO PÚBLICO

Curso de Formação

# ADVOGADO

Data: 21/07/2012

Duração: 4 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva do Curso de Formação, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Mediação e Arbitragem	Técnicas de Redação Oficial	Negociação	Metodologia Científica	Relação de Consumo e Segurança Jurídica
01 a 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo: 

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D
---	---	-------------------------------------	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C e D), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

**Observações:** Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova. Podendo levar seu Caderno de Questões.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões **não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.**

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

## MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

**01.** Pode-se contratar árbitros para dirimir litígios relativos a:

- A) patrimônio público
- B) direitos patrimoniais disponíveis
- C) separação judicial litigiosa
- D) direitos patrimoniais indisponíveis
- E) bens intangíveis indisponíveis

**02.** As formas de convenção de arbitragem são:

- A) pelo juízo arbitral e pelo compromisso arbitral
- B) pela cláusula compromissória e pelo juízo arbitral
- C) pela cláusula compromissória, pelo compromisso arbitral e pelo juízo arbitral
- D) pela cláusula compromissória e pelo compromisso arbitral

**03.** A homologação de sentença arbitral estrangeira está sujeita, unicamente à:

- A) homologação do Senado Federal
- B) homologação da Presidência da República
- C) homologação em cartório, através de documento público
- D) homologação do Supremo Tribunal Federal

**04.** Com relação à arbitragem, tendo como parâmetro a Lei n.º 9.307/1996, podemos afirmar que:

- A) a escolha dos árbitros é feita pelo juiz togado do lugar onde está iniciando o processo
- B) a sentença arbitral não está sujeita à homologação do Poder Judiciário para surtir efeitos entre as partes
- C) qualquer matéria está sujeita à arbitragem no Brasil
- D) o árbitro é escolhido em um sorteio público, dentre os nomes indicados pelos institutos arbitrais da cidade onde está iniciando o processo

**05.** Existe a possibilidade de se fazer necessária a intervenção de um juiz togado em um caso de arbitragem, exemplo disso é:

- A) durante o procedimento, na hipótese de uma testemunha faltar com a verdade perante o tribunal arbitral
- B) durante o procedimento, na hipótese de uma testemunha omitir informação de todos conhecida, perante o tribunal arbitral
- C) durante o procedimento, na hipótese de uma testemunha se negar a comparecer perante o tribunal arbitral
- D) durante o procedimento, na hipótese de uma testemunha conhecer bem as partes, impedindo assim uma imparcialidade no depoimento

**06.** Para haver a nulidade de uma sentença arbitral, faz-se necessário que:

- A) os árbitros sejam escolhidos por consenso entre as partes
- B) um dos árbitros não pudesse ter emitido tal sentença por motivos de impedimento
- C) a sentença arbitral contenha todos os requisitos materiais e formais conforme a lei
- D) a decisão do árbitro ou dos árbitros seja expressa em documento escrito

**07.** Sabemos que a arbitragem é um instituto onde as partes, de comum acordo, tentam solucionar um litígio. Podemos afirmar que, para isto, é necessário que as partes sejam:

- A) somente pessoas físicas, maiores de 21 anos
- B) somente pessoas físicas
- C) pessoas jurídicas de direito privado e pessoas físicas maiores de 18 anos
- D) somente pessoas jurídicas de direito privado

**08.** Quando temos algum litígio, dependendo da matéria, podemos nos utilizar tanto da justiça comum como da instituição da arbitragem. Na justiça comum, após a sentença proferida, a parte que perdeu poderá recorrer da decisão em Instâncias superiores. Podemos afirmar que na instituição da arbitragem:

- A) a parte que perdeu também poderá recorrer nas instâncias superiores da justiça comum
- B) a parte interessada poderá pleitear ao órgão do Poder Judiciário competente a decretação da nulidade da sentença arbitral, apenas nos casos previstos na lei de arbitragem
- C) não está previsto em lei nenhum tipo de apelação ao Poder Judiciário
- D) o Poder Judiciário poderá intervir, através do Ministério Público, em qualquer momento da arbitragem, inclusive, com poder para trocar o juiz arbitral

**09.** As Instituições arbitrais são organizações privadas e dentre seus principais objetivos está:

- A) administrar o procedimento arbitral, procurando facilitá-lo, sem emitir julgamento sobre o conflito
- B) indicar os juízes arbitrais, mesmo que as partes não os conheçam
- C) ministrar cursos para árbitros e garantir bons empregos para os mesmos
- D) confeccionar carteiras e títulos de árbitros com os símbolos nacionais

**10.** O prazo para apresentação da sentença arbitral, no caso de as partes não terem estipulado prazo, este será de:

- A) 4 (quatro) meses contados da instituição da arbitragem
- B) 6 (seis) meses contados da instituição da arbitragem
- C) 3 (três) meses contados da prolação da sentença
- D) 6 (seis) meses contados da prolação da sentença

## TÉCNICA DE REDAÇÃO OFICIAL

**11.** É possível redigir com correção as modalidades de Redação Oficial respeitando:

- A) os parâmetros da língua portuguesa em seu aspecto culto
- B) as normas da linguagem jornalística
- C) as características da linguagem coloquial
- D) os princípios da linguagem técnica

**12.** A impessoalidade é fundamental na redação de expedientes administrativos porque:

- A) evita a construção de frase de sentido ambíguo do autor do expediente
- B) norteia, em primeiro lugar, a estrutura que o autor deve adotar para os expedientes oficiais
- C) permite deixar bem claro que o objeto da redação é o assunto a ser tratado, não o seu autor
- D) colabora para mediar um assunto que exige a opinião de uma subjetividade

**13.** São mecanismos para estabelecer a coesão textual:

- A) sinônimos e metáforas
- B) pronominalização e anáfora
- C) impessoalidade e objetividade
- D) correção e revisão

**14.** A coerência textual em matéria de expedientes administrativos decorre do uso adequado:

- A) dos pronomes de tratamento, do desenvolvimento lógico das partes da redação: introdução e desenvolvimento do assunto por parágrafos necessários e reafirmação do assunto tratado para concluir o texto
- B) de sinônimos do pronome de tratamento em todos os parágrafos: do início ao fim da redação
- C) do pronome pessoal reto de segunda pessoa do singular e da concordância verbal estabelecida com este pronome
- D) dos pronomes de tratamento de terceira pessoa associados à condição hierárquica do destinatário

**15.** Em matéria particular de unidade de composição, a redação, designada oficial, constitui-se de uma especificidade estrutural e dispõe de finalidade restrita. São modalidades dessa especificidade os textos redigidos segundo o Padrão Ofício, o que implica:

- A) um circuito tão fechado de comunicação que elimina a possibilidade de publicidade
- B) o culto de uma retórica tão clássica que sacrifica o entendimento pelo servidor público
- C) a reverência à escrita de autores consagrados do século XIX e citados pela gramática normativa
- D) o exercício da língua em sua função pragmática de comunicação gerando a linguagem referencial

**16.** Formalidade e padronização, nas comunicações oficiais, são necessárias para evitar:

- A) as interpretações inadequadas do leitor
- B) a impessoalidade do remetente
- C) a concisão e a objetividade
- D) a uniformização

**17.** A revisão de um expediente, considerando-se sua estrutura e finalidade, é da responsabilidade do:

- A) chefe da seção do remetente
- B) destinatário do expediente
- C) signatário do expediente
- D) revisor eventual

**18.** O *Manual de redação da Presidência da República* tem o objetivo de instituir formalidade e padronização em matéria de comunicação do interesse de:

- A) toda administração pública direta, indireta dos Estados e da União
- B) algumas seções da administração pública direta ou indireta dos Municípios
- C) certos setores da administração pública dos Estados e dos Municípios
- D) toda administração pública, direta ou indiretamente da União, dos Estados, dos Municípios, e as Fundações

**19.** Observe o modelo de endereçamento, em envelope, para autoridade tratada por Vossa Excelência na comunicação de caráter oficial, logo abaixo. A seguir resolva a questão formulada.

A Sua Excelência o Senhor  
Fulano de Tal  
Ministro de Estado da Justiça  
70.064-900-Brasília

Os pronomes de tratamento que enunciam a pessoa com quem se fala são constituídos por uma locução com o pronome possessivo **Vossa** e o substantivo **Excelência**. No endereçamento de correspondência escreve-se, por norma, **A Sua Excelência**, porque o contexto é da pessoa de quem se fala — equivalente à terceira pessoa. Esse fato gramatical revela uma:

- A) das exceções em matéria de regra gramatical
- B) distinção da terceira pessoa gramatical na norma culta
- C) tentativa mal sucedida de distinguir o Vocativo
- D) convenção didática para a normatização da redação oficial

**20.** Na redação de um Memorando para o encaminhamento de documento, cuja remessa não tenha sido solicitada, o parágrafo de início informa o motivo da comunicação e fornece os seguintes dados do documento encaminhado:

- A) formato, origem, destinatário, prazo de devolução
- B) número de páginas, formato, importância, origem
- C) signatário, páginas, data de saída, relevância
- D) tipo, data, origem, assunto e razão

## NEGOCIAÇÃO

**21.** Cada estilo de negociador possui diferentes necessidades ou fatores que o motivam. O estilo direcionado para o Relacionamento é o tipo:

- A) apoiador
- B) controlador
- C) analítico
- D) catalisador

**22.** De acordo com as boas práticas da negociação, a melhor reação diante de uma proposta de preço fora da realidade é:

- A) pedir uma justificativa do preço com base nos princípios
- B) apresentar uma solução de meio-termo
- C) declarar à outra parte que, caso persista essa posição, você será forçado a interromper a negociação
- D) pedir a troca do outro negociador

**23.** Ao reconhecer que uma tática de negociação traiçoeira está sendo usada, a atitude mais adequada é:

- A) fingir que nada houve, dando ao outro negociador o benefício da dúvida se ele está usando ou não a tática-truque
- B) identificar a tática-truque, abordá-la explicitamente com a outra parte e questionar a legitimidade e a conveniência da atitude dele
- C) zangar-se e prometer a si mesmo nunca mais negociar com aquela pessoa
- D) reagir à altura, adotando táticas semelhantes

**24.** Uma grande vantagem do método da negociação por princípios sobre o método da barganha posicional é:

- A) reduzir, sempre, o tempo e o desgaste na negociação
- B) não gerar conflitos e, portanto, assegurar o bom relacionamento entre as partes
- C) gerar uma boa MAANA e, assim, melhor equilibrar o poder entre as partes
- D) evitar que as pessoas se apeguem às suas posições dando menor atenção ao atendimento dos seus interesses.

**25.** O método da negociação baseada em princípios pode ser resumido nos seguintes pontos:

- A) poder, informação e tempo
- B) necessidades, interesses e criatividade
- C) pessoas, interesses, opções e critérios
- D) comunicação, consenso, sinergia e motivação

**26.** Numa negociação, muitas das vezes, o problema parece ser um conflito de posições levando a um impasse. Neste caso, a melhor atitude inicial a ser tomada pelo negociador é:

- A) propor, logo, o envolvimento de uma terceira parte no processo
- B) usar argumentos de poder para forçar a um acordo
- C) fazer concessões em outros pontos não muito importantes para criar um clima de boa-vontade na outra parte para chegar a um acordo
- D) buscar os interesses por trás das posições declaradas e procurar conciliá-los

**27.** Pode-se avaliar uma negociação como bem-sucedida quando:

- A) não houve conflitos para gerar o acordo e as partes ficaram satisfeitas.
- B) a comunicação foi eficiente e o bom relacionamento entre as partes foi preservado
- C) o acordo atendeu aos interesses legítimos de ambas as partes e da comunidade impactada, preservou o relacionamento e não envolveu tempo e desgastes acima dos absolutamente necessários
- D) o acordo foi fechado e as partes envolvidas ficaram satisfeitas pois foram ouvidas e tiveram a oportunidade de apresentar as suas argumentações

**28.** A etapa de planejamento é importante para o alcance de um bom resultado no processo de negociação porque:

- A) reduz as incertezas envolvidas no processo
- B) garante a eficácia da comunicação
- C) reduz o tempo e o desgaste envolvidos no processo
- D) protege o negociador de aceitar acordos demasiadamente desfavoráveis

**29.** Numa negociação, sempre são usadas variáveis para a busca pelo acordo, que são:

- A) forças, fraquezas e pressão
- B) percepção, emoção e comunicação
- C) informação, tempo e poder
- D) necessidades, interesses e criatividade

**30.** O melhor acordo que pode ser obtido numa negociação é aquele:

- A) que atende aos interesses legítimos de cada uma das partes no limite do possível, é duradouro e leva em conta os interesses da comunidade impactada.
- B) que atende a todos os interesses verbalizados das partes
- C) que irá trazer mais vantagens para as partes
- D) que preserva o bom relacionamento entre as partes e tem por base padrões objetivos.

## METODOLOGIA CIENTÍFICA

**31.** A Revolução Industrial ocorrida no final do século XVIII é um marco fundamental na estruturação do mundo contemporâneo, por redefinir a maneira de as pessoas viverem desde então. Marque abaixo a opção que melhor retrata essa afirmativa:

- A) O “mundo das máquinas” define os tempos e os movimentos das pessoas
- B) A reafirmação do “tempo natural” sobre o “tempo social”
- C) A religião mostra sua supremacia sobre a ciência
- D) A vitória dos princípios da ética sobre os do lucro

**32.** O debate acerca das diferenças entre religião e ciência tem marcado o mundo das ideias nos últimos séculos. Para além das discussões apaixonadas dos defensores de cada uma dessas vertentes, podemos afirmar que:

- A) A religião se baseia em teorias e paradigmas
- B) A ciência acredita em dogmas ou verdades eternas
- C) A religião nega a emoção em detrimento da razão
- D) A ciência prega o princípio da razão sobre o princípio do dogma

**33.** Podemos afirmar que uma ciência se constitui quando incorpora os seguintes elementos:

- A) Um certo recorte da realidade, um conjunto de dogmas e uma metodologia
- B) Um certo recorte da realidade, um conjunto de paradigmas e uma metodologia
- C) Um conjunto de paradigmas e um conjunto de dogmas
- D) Um conjunto de paradigmas, um certo recorte da realidade e um conjunto de dogmas

**34.** Viver no mundo contemporâneo deve ser um exercício da razão. Contudo, uma das formas de classificar a razão é diferenciando *razão prática* e *razão crítica*. Baseado nisso, podemos afirmar:

- A) Por razão prática entendemos como uma forma de pensar alternativamente a realidade
- B) Por razão crítica entendemos como uma forma de pensar alternativamente a realidade
- C) Por razão prática entendemos a utilização da intuição no nosso cotidiano
- D) Por razão crítica entendemos a utilização das crenças no nosso cotidiano

**35.** Um dos objetivos mais importantes do planejamento de uma pesquisa é o de sistematizar o trabalho de entender ou mesmo buscar soluções para os problemas com os quais nos deparamos. Partindo desse princípio, podemos afirmar que a etapa do diagnóstico é fundamental por nos permitir:

- A) Chegar rapidamente a uma conclusão, sem a necessidade da pesquisa
- B) Partir para a ação, ou seja, a solução
- C) Identificar com clareza, precisão e concisão o problema
- D) Definir as normas a serem criadas

**36.** A importância de se levantar o “estado geral da arte” ou os estudos acerca do problema é fundamental no planejamento da pesquisa, pois nos permite:

- A) Utilizar os conhecimentos já existentes para melhor analisarmos o problema
- B) Copiar as metodologias
- C) Somente utilizar as fontes de informação já disponíveis
- D) Aumentar a nossa erudição no tema

**37.** Quando tratamos das metodologias de pesquisa, embora sem esgotar o assunto, podemos afirmar que existem classicamente dois grupos: as quantitativas e as qualitativas. Marque abaixo, a opção que melhor retrata esses dois grupos:

- A) Os métodos quantitativos são fundamentais quando queremos aferir a qualidade das coisas
- B) Os métodos qualitativos são fundamentais quando queremos aferir a quantidade das coisas
- C) Os métodos quantitativos nos permitem avaliar opiniões
- D) Os métodos qualitativos nos permitem avaliar opiniões

**38.** Nas pesquisas de **intervenção**, temos que seguir o seguinte caminho:

- A) Definir os métodos a serem utilizados sem nos preocupar com o diagnóstico
- B) Intervir diretamente na realidade a partir da nossa sensibilidade
- C) Realizar um diagnóstico e definir as metodologias a serem utilizadas para depois realizar a intervenção
- D) Partir diretamente para a prática, ou seja, a intervenção

**39.** Ao compararmos um paradigma com um dogma, podemos afirmar:

- A) Um paradigma se baseia na emoção
- B) Um dogma se baseia na razão
- C) Um dogma é uma verdade eterna e universal
- D) Um paradigma é uma verdade científica e sempre pode ser contestado

**40.** Qualquer planejamento de pesquisa depende da definição de pelo menos um objetivo. Para que o objetivo da pesquisa seja eficaz, é necessário que este seja:

- A) Apresentado na forma de um pressuposto
- B) Claro, preciso e conciso
- C) Uma conclusão da pesquisa
- D) Um balanço de toda a teoria necessária

## RELAÇÃO DE CONSUMO E SEGURANÇA JURÍDICA

**41.** São instrumentos que compõem o arcabouço de conceitos, princípios e regras decorrentes do estado democrático de direito, com o objetivo de promover a segurança jurídica:

- A) A Constituição, as leis, a jurisprudência e o contrato
- B) A Constituição, as leis, a jurisprudência e as condições gerais do contrato
- C) A Constituição, as leis e a jurisprudência
- D) A Constituição, as leis e as condições gerais do contrato

**42.** São características das súmulas vinculantes:

- A) Vinculam as decisões do Poder Judiciário, da administração pública direta e indireta e o Poder Legislativo, versando sobre matéria infraconstitucional.
- B) Vinculam as decisões o Poder Judiciário e da administração pública direta e indireta, versando exclusivamente sobre matéria constitucional.
- C) Vinculam as decisões o Poder Judiciário e da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, versando sobre matéria constitucional ou infraconstitucional.
- D) Vinculam as decisões o Poder Judiciário e da administração pública direta e indireta e o Poder Legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal, versando sobre matéria constitucional ou infraconstitucional.

**43.** O direito de reclamar pelos vícios ocultos decai:

- A) No prazo de trinta dias para fornecimento de produtos não duráveis, contados a partir da entrega do produto
- B) No prazo de trinta dias para fornecimento de produtos não duráveis, contados a partir do conhecimento do vício
- C) No prazo de trinta dias para fornecimento de produtos duráveis, contados a partir da notificação do consumidor ao fornecedor
- D) No prazo de trinta dias para fornecimento de produtos duráveis, contados a partir do conhecimento do vício

**44.** Empresa de comércio à distância encaminha produto adquirido por telefone com uso do cartão de crédito pelo consumidor, que exerce o seu direito de arrependimento no prazo de 5 dias, contados do recebimento. Entretanto, solicitado o cancelamento da compra no cartão de crédito, o fornecedor alega ser necessário aguardar o prazo de 30 dias para a restituição dos valores, pois se trata de procedimento da operadora de cartão de crédito.

Com base no suporte acima é correto afirmar:

- A) O consumidor deve aguardar o prazo de 30 dias para devolução da quantia paga, com correção monetária, uma vez que não houve recusa na devolução do dinheiro.
- B) O consumidor deve aguardar o prazo de 30 dias para devolução da quantia paga, no valor histórico, uma vez que a restituição não pode ser realizada em razão de fato de terceiro.
- C) A devolução da quantia paga deverá ser imediata e com correção monetária.
- D) A devolução da quantia paga deverá ser imediata, no valor histórico.

**45.** São instrumentos que vinculam as decisões administrativas:

- A) O princípios da legalidade, da anterioridade e da irretroatividade das leis, as súmulas vinculantes e a vedação ao *bis in idem*
- B) O princípios da legalidade, da anterioridade e da irretroatividade das leis e as súmulas
- C) O princípios da legalidade, da anterioridade e da irretroatividade das leis, as súmulas e a proibição ao comportamento contraditório
- D) O princípios da legalidade, da anterioridade e da irretroatividade das leis, as súmulas vinculantes e a proibição ao comportamento contraditório

**46.** A Lei Estadual n.º 5849, de 28 de dezembro de 2010 obriga as operadoras de cartão de crédito a informar, na fatura mensal, a data prevista para o fechamento da fatura do mês seguinte. Empresa de cartão de crédito sediada no estado do Rio de Janeiro foi multada pelo PROCON no valor de 1000 UFIRs, pelo descumprimento da determinação legal. Reincidindo na conduta, o PROCON aplicou multa em dobro e cassou a inscrição estadual, na forma do art. 2º da mencionada lei.

Considerando o suporte acima, é correto afirmar:

- A) A aplicação da multa em dobro pela reincidência constitui *bis in idem* e pode ser anulada de ofício pela administração
- B) A aplicação da multa em dobro pela reincidência constitui *bis in idem* e somente pode ser anulada por ato judicial
- C) A aplicação da multa em dobro pela reincidência não constitui *bis in idem* e pode ser cumulada com a cassação da inscrição estadual
- D) A aplicação da multa em dobro pela reincidência não constitui *bis in idem*, mas não pode ser cumulada com a cassação da inscrição estadual

**47.** Sobre o ato jurídico perfeito, é correto afirmar:

- A) O ato jurídico perfeito é aquele ainda não consumado, embora já produza efeitos segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou
- B) O ato jurídico perfeito é aquele já consumado mediante ato idôneo, segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou
- C) O ato jurídico perfeito é aquele já consumado por qualquer ato, segundo a lei a ele posterior
- D) O ato jurídico perfeito é aquele já consumado mediante ato idôneo, segundo a lei a ele posterior

**48.** O princípio da segurança jurídica é composto por dois aspectos: formal e material. Sobre o conteúdo de tais aspectos, é correto afirmar que a segurança jurídica:

- A) Relaciona-se, formalmente, ao princípio da legalidade e, materialmente, à irretroatividade da lei
- B) Relaciona-se, formalmente, ao princípio da legalidade e à irretroatividade da lei, e, materialmente, à possibilidade que as pessoas devem ter de prever razoavelmente as obrigações decorrentes do sistema normativo
- C) Relaciona-se, formalmente, à possibilidade que as pessoas devem ter de prever razoavelmente as obrigações decorrentes do sistema normativo e, materialmente, à irretroatividade da lei
- D) Relaciona-se, formalmente, à possibilidade que as pessoas devem ter de prever razoavelmente as obrigações decorrentes do sistema normativo e, materialmente, ao princípio da legalidade e à irretroatividade da lei

**49.** São características do direito adquirido

- A) Ter sido incorporado ao patrimônio do titular mediante fato idôneo à sua produção, dispondo de efeitos já exauridos
- B) Não ter sido incorporado ao patrimônio do titular, por não ter o fato aquisitivo sido consumado por fato idôneo, embora já produza efeitos
- C) Os fatos já foram consumados por inteiro mediante fato idôneo à sua produção, mas os efeitos ainda não foram consumados
- D) Os fatos já foram consumados por inteiro, independente da idoneidade do fato necessário à sua produção, e os efeitos já foram exauridos

**50.** Após reclamação de um consumidor, o PROCON municipal aplicou sanção de multa ao Banco A, por ter a instituição financeira descumprido o tempo de espera máximo do consumidor na fila. O PROCON estadual, pela mesma infração, aplicou sanção de suspensão temporária da atividade.

Com base no suporte acima, é correto afirmar:

- A) O PROCON estadual poderá aplicar a sanção de suspensão temporária da atividade, pois somente é vedada a aplicação da mesma sanção sobre a mesma infração.
- B) O PROCON estadual não poderá aplicar a sanção de suspensão temporária da atividade, pois configuraria *bis in idem*.
- C) O PROCON estadual poderá aplicar a sanção de suspensão temporária da atividade, pois se trata de reincidência.
- D) O PROCON estadual não poderá aplicar a sanção de suspensão temporária da atividade, pois é vedada a aplicação de sanções diferentes sobre a mesma infração.